

A VULNERABILIDADE DO MODELO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: DOS GOVERNOS PETISTAS AO GOVERNO TEMER

Aline Ferreira da Silva (alinegandhi@hotmail.com)

(Doutora em Sociologia e professora do Instituto Federal de Alagoas/IFAL, Brasil)

5% de aprovação e 72% de reprovação. Estes foram os números divulgados pelo Instituto Data Folha no dia 02 de outubro do corrente ano sobre a avaliação da população brasileira diante do Governo Temer (PMDB). De acordo com o instituto, a pesquisa foi realizada nos dias 27 e 28 de setembro e teria ouvido 2772 pessoas, as quais colocaram o Governo do PMDB como o mais rejeitado da histórica política brasileira.

Com uma série de medidas que visam diminuir e/ou extinguir direitos e garantias sociais, o Governo Temer navega em meio a discursos incoerentes e decisões repletas de idas e vindas, porém com uma legitimidade parlamentar que desafia até mesmo o bom-senso. Afinal, se é certo que 72% da população o rejeita, também é certo que o mesmo tem o apoio da maioria dos Deputados Federais, os quais, por duas vezes, o salvaram de ser julgado por crimes de corrupção passiva (primeira denúncia) e obstrução da justiça e organização criminosa (segunda denúncia).

Frente a este cenário, o Brasil tornou-se um terreno fértil para os mais diversos absurdos. Se por um lado, os segmentos sociais que lutaram contra a corrupção no Governo Dilma calaram-se frente as denúncias contra o Governo Temer, por outro, cresceu o número de adeptos ao discurso #bolsonaro2018. Um país que há pouco mais de uma década foi às ruas com o presidente Lula¹, falando em nome da democracia, dos direitos dos negros e da mulher, dos direitos da classe trabalhadora e dos produtores rurais, hoje revela-se em pesquisa como grande possibilidade de eleitores de um candidato declaradamente homofóbico, racista, machista, autoritário e intolerante.

¹ Vale lembrar que Lula foi o presidente mais popular do Brasil quando deixou o governo, com 80% da aprovação popular. Em 2015 Lula foi eleito, de acordo com pesquisa do Datafolha, o melhor presidente do Brasil.

Eis então que surgem as diversas interrogações sobre o regime democrático brasileiro, dentre as quais: que tipo de democracia representativa o modelo brasileiro apresenta se os sujeito sociais dos quais o governo deveria ter maioria absoluta dos votos declaram-se avessos ao mesmo? Ou, quão decepcionante foram os governos de esquerda e quão pouco representativo é o Governo Temer para que as estatísticas nos revelem a apologia declarada da população a discursos extremistas?

Repensando paradigmas: a crise política no Brasil

Mais do que a falta de legitimidade de um governo, a crise política pela qual o Brasil vem passando nos convida a refletir sobre alguns paradigmas explicativos do que é a democracia neste País. Afinal, se é certo que a cada dois anos as propagandas estatais nos enchem de ufanismo, destacando o poder do voto popular frente ao sistema eleitoral, por outro, não são menos frequentes as diversas suposições de que o “Brasil está como está porque o povo não sabe escolher os seus representantes”.

As considerações controversas sobre a vontade popular são fortemente influenciadas pela também controversa análise socio-histórica de pensadores como Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, o qual tornou-se nos últimos anos uma das maiores referências teóricas para pensadores que queriam explicar porque o Brasil não deu certo. Fiel ou não à fonte, o fato é que a recorrência ao argumento da irracionalidade dos brasileiros perante as escolhas políticas e da indistinção entre o público e o privado funcionou como estratégia de convencimento para esquecermos o que está por trás das estruturas de poder.

Assim, ao ser reafirmado ao modo de Sérgio Buarque como um homem guiado pela paixão, pelo personalismo e pela afetividade, o homem cordial foi e continua sendo a justificativa encontrada por muitos analíticos para explicar os motivos para o atraso político e econômico no País. As diversas tentativas de reflexão sobre os esquemas de corrupção que envolveram o Brasil nos últimos anos seguem esta premissa. Neste sentido, o perfil parcial, emotivo e personalista da cultura brasileira seria o desenrolar direto do Estado patrimonialista e corrupto.

Esta ideia negativa do Estado e da cultura brasileira foi reproduzida ao longo do tempo, de forma que em pleno século XXI os escândalos de corrupção ainda são explicados pela herança do passado. Este é, por exemplo, o caso dos que refletem sobre a Lava Jato. De acordo com Jessé SOUZA (2017), os chamados intelectuais desse esquema de investigação surgem com um discurso moralizador, colocando o futuro do Brasil nas mãos de um “justiceiro” e conclamando os brasileiros a lutarem contra a corrupção política de um determinado partido, o PT. Ao mesmo tempo, ignorando procedimentos jurídicos básicos, como por exemplo tratar com imparcialidade e em sigilo os casos investigados, o trato da corrupção política acabou tornando-se um estímulo para convulsão social.

A ênfase na formação histórica do Estado brasileiro, bem como conclusão sobre o patrimonialismo do mesmo acabou por gerar um grande dano ao pensamento social sobre a democracia no Brasil. Primeiro porque tais perspectivas parecem ter uma visão amorfa da dinâmica social brasileira, de forma que as estruturas do presente são preteridas diante das estruturas do passado. Segundo porque, em consonância com SOUZA (2017), enquanto a corrupção é vista como um germe que nasce nas estruturas culturais e se prolifera nas instâncias estatais, os setores da economia ficam desprezados. E a consequência direta disso é que, pensar no presente e no futuro da democracia no Brasil sem a interferência dos seus diversos atores econômicos, classistas e ideológicos é, no mínimo, camuflar os reais interesses envolvidos. De acordo com o autor:

O homem cordial é a concepção do brasileiro como vira-lata, ou seja, como conjunto de negatividades: emotivo, primitivo, personalista e, portanto, essencialmente desonesto e corrupto. O homem cordial deve ser tornado pelo mercado e pela industrialização um homem tão democrático, produtivo, puro e honesto como os americanos, o exemplo de homem divino para Sérgio Buarque e para a esmagadora maioria dos brasileiros, intelectuais ou não. (SOUZA, 2017: 191)

Na obra “A Elite do Atraso”, Jessé Souza procurou evidenciar as questões estruturais que estão por trás das dinâmicas políticas brasileiras. Na sua análise, nem a vontade do povo nem o perfil cordial do mesmo seriam o cerne dos dilemas políticos e da corrupção que o Brasil enfrenta. Para ele:

A construção de uma elite toda poderosa que habita o Estado só existe, na realidade, para que não vejamos a elite real, que está “fora do Estado”, ainda que a “captura do Estado” seja fundamental para seus fins. É uma ideia que nos imbeciliza, já que desloca e distorce toda a origem do poder real. (SOUZA, 2017:120)

Assim, ao analisar a crise política no Brasil, SOUZA (2017) afirma que esta não seria uma questão para ser pensada de forma sincrônica, a partir da relação eleitores e eleitos. Antes, é preciso olhar para o que está fora do cerne da política institucional, como por exemplo, as relações de classe, o poder de instituições midiáticas e econômicas. Todavia, no reverso deste caminho, há uma tentativa de nos fazer acreditar em um poder quase que ilimitado do “protagonismo popular”, esquecendo de nos alertar sobre os limites do sistema democrático representativo, bem como dos poderes paralelos (classistas, econômicos, ideológicos) que permeiam ou até mesmo determinam os rumos da “livre escolha”.

A conjuntura política atual tem mostrado o quanto as decisões populares são relativizadas frente a interesses ideológicos e econômicos concorrentes. O impeachment de Dilma Rousseff é um exemplo disso, mas também a forma como o poder judiciário conduz investigações sobre possíveis candidatos a presidência. Afinal, serão as determinações do judiciário brasileiro que conduzirão o rumo da eleição de 2018, se a mesma terá o candidato Lula como concorrente (até o momento, o candidato com maior intenção de votos) ou se abrirá espaço para candidatos extremistas, como Jair Bolsonaro (segundo candidato com maior intenção de votos); ou ainda os mais diversos tipos de candidatos, como artistas, liberais, “a-partidários”...

Lula e Dilma: aclamados pelo povo e odiados pelos adversários

A promessa da mudança foi a palavra de ordem do presidente Lula da Silva ao assumir o Governo Federal em 2003. Além de enaltecer a sua trajetória de vida, a qual o situava como imigrante nordestino e sindicalista de esquerda, seus discursos referendavam ainda o anseio do presidente por uma nova política econômica e social para o Brasil. A forte aliança com os diversos movimentos sociais gerou uma sensação quase que generalizada de que o País havia, finalmente, alcançado um estado de representatividade.

Aliando virtudes pessoais como bom humor, “sensibilidade social afetuosa” (ANDERSON, 2011) e ironia, o Governo Lula soube lidar tanto com momentos de

extrema alegria e contentamento, como com momentos de caos e instabilidade política. Conforme nos indicam os estudos de Pierry Anderson (2011), Lula herdou um governo no qual a dívida pública tinha dobrado, as taxas de juros nominais chegavam a 20% e o Real perdido o valor. Além disso, embora eleito com 61% dos votos, o PT tinha menos de 1/5 dos assentos no Congresso, dificultando, assim, a sua governabilidade.

Todavia, antes mesmo do final do primeiro ano de governo, os dados sobre o crescimento econômico e social do País vinham sendo alterados:

Combinados, o crescimento econômico mais rápido e a distribuição de renda mais ampla conseguiram a maior redução na pobreza na história brasileira. De acordo com algumas estimativas, o número de pobres caiu de cerca de 50 milhões num espaço de seis anos, e o número de desempregados foi reduzido pela metade... Metade dessa dramática transformação pode ser atribuída ao crescimento, a outra metade a programas sociais – financiados, é claro, pelas maiores receitas oriundas do crescimento. E esses programas não se limitavam a auxiliar a renda. Desde 2005, os gastos do governo com a educação triplicaram, e o número de estudantes universitários dobrou.” (ANDERSON, 2011: 29)

As estatísticas positivas aliada com a sensação de “potência” da sociedade brasileira, sobretudo a mais pobre, fez gerar um clima de igualitarismo. Afinal, as cotas raciais, aprovadas com a Lei de Cotas em 2004 permitiu aos pretos e pardos o acesso a lugares antes inimaginados; o programa “Minha Casa Minha Vida” finalmente propiciou o sonho da casa própria a brasileiros que não tinham possibilidade de fazer financiamentos; o Bolsa Família garantiu o mínimo básico para a contenção da pobreza extrema; e os brasileiros em geral tiveram mais acesso ao universo do crédito e do consumo.

Juntamente com a expressão destes dados, a quantidade de ministérios que foram criados no Governo Lula e Dilma gerou uma sensação de maior participação democrática dos segmentos sociais nas estruturas de governo. O resultado disso foi a quase duplicação da quantidade de Ministérios: de 21 em 2002, passou a ter 39 em 2012. Esse foi o caso da Secretaria Especial de Igualdade Racial – Seppir, com status de ministério; Ministério da Mulher; Ministério dos Direitos Humanos; Ministério da Micro e Pequena Empresas, dentre outros.

Ainda que longe de ser o governo que resolveu os problemas sociais do Brasil, o fato é que Lula trouxe uma sensação de igualdade, liberdade e possibilidades que nenhum outro presidente tinha trazido para as camadas sociais mais vulneráveis. Tanto foi assim que, apesar das inúmeras polêmicas em que o seu Governo esteve envolvido, a reeleição

do mesmo foi não só foi garantida como teve vitória da candidata indicada por ele por duas vezes. De “mensalão” à “dólares na cueca” e confissão de “caixa dois”, tudo foi exaustivamente denunciado pela mídia, porém, sem o sucesso político esperado: a queda da popularidade e poder de influência de Lula. Em 2006, líderes do PMDB chegaram até mesmo a cogitar o *impeachment* do presidente, todavia sem êxito.

Ao contrário do esperado pela mídia e pelos adversários do Governo, as eleições de 2006 revelaram a aprovação da classe baixa brasileira em relação às políticas sociais do Governo Lula. De acordo com ANDERSON (2011), embora tenha perdido parte do eleitorado da região Sul (de 51,7% em 2002 para 46,5% e 2006), Lula tinha arrebatado os votos dos eleitores da região Nordeste (de 29,5% em 2002, passou a 77,1% em 2006), conseguindo não só permanecer no poder, como também despertando mais otimismo.

Com estes dados, a popularidade do Governo Lula perante a população nordestina fica evidente, porém, junto com ela, acentuam-se os preconceitos de classe, a xenofobia e o racismo. Já naquele momento, discursos de ódio contra os nordestinos e contra os beneficiários dos programas sociais do Governo Lula tomam uma expressão mais clara e agressiva. A desqualificação do voto destes segmentos veio com as recorrentes afirmações de que os mesmos seriam pobres e ignorantes, portanto, não sabiam votar.

Os casos mais emblemáticos de manifestação de preconceito ocorreram com a vitória da Presidente Dilma, no ano de 2010. Neles, vemos desde falas de pessoas comuns, como o caso de usuários de redes sociais como twitter e facebook, até chamadas da mídia e declaração do Sociólogo e Ex Presidente Fernando Henrique Cardoso:

GustavoR9:

“esses nordestinos fazem 300 filhos e depois ficam dependendo de ‘bolsa família’, por isso que a Dilma recebe tudo isso de voto.” (Reprodução twitter. Outubro de 2014)

UOL:

“Dilma vence nos sete Estados com menor renda média”. (Outubro de 2014)

Ex presidente Fernando Henrique Cardoso:

“O PT está fincado nos menos informados, que coincidem de ser os mais pobres. Não é porque são pobres que apoiam o PT, é porque são menos informados. (Outubro de 2014)

Além destes, uma série de outros discursos de ódio foram sistematicamente postados nas redes sociais. De campanhas feitas por médicos e estudantes de medicina

para castrar ou matar nordestinos que votaram em Dilma à campanhas separatistas, tudo foi sugerido. Todas as formas de preconceito foram ressaltadas com o objetivo último de deslegitimar o voto do “eleitorado analfabeto” e assim deslegitimar o presidente em exercício.

Diante desse cenário, um clima de embate foi criado: de um lado, os discursos fortaleciam a ideia de sul, sudeste, intelectuais e eleitores esclarecidos (votantes de Aécio Neves – PSDB); do outro, norte, nordeste, pobres, ignorantes e eleitores alienados (votantes de Dilma – PT). Estava posto, assim, o que Marilena Chauí (2014) chamou de violência fascista, baseada na desqualificação do outro e na tentativa de não enfrentá-lo pelo embate, mas sim pela sua eliminação.

O que caracteriza a violência fascista é não suportar a diferença, a alteridade, e partir para a eliminação. Você elimina o diferente, você elimina o outro. O primeiro aspecto abominável disso é o fato de que o que se propõe é, pura e simplesmente, genocídio dos nordestinos. O que é uma coisa inominável, inacreditável, inaceitável. A segunda coisa que é terrível é que isso exprime uma certa direção tomada por uma certa classe média reacionária e conservadora, que vive no sul do país, e que é capaz dessas afirmações e propostas de um grau extremo de violência. (CHAUÍ, 2014)

Tais discursos de ódio intencionavam convencer os espectadores de que os problemas sociais que o País enfrenta eram fruto da existência de pobres e degradados. Neste sentido os eleitores, como sujeitos que escolhem representantes políticos para estarem no poder seriam os maiores ou mesmo únicos culpados dos problemas políticos no Brasil.

Durante o primeiro mandato do Governo Dilma (2010-2014), as avenidas brasileiras foram tomados por diversos protestos. Inicialmente, as pautas de reivindicação estavam ligadas à melhoria dos transportes públicos, à segurança pública, aos altos custos com a copa do mundo, a qualidade dos serviços públicos. Todavia, com o passar do tempo, as manifestações ocorridas em 2013 passaram a apresentar um outro caráter. Tomados intencionalmente pela mídia, que os descreviam conforme suas interesses, os movimentos foram, aos poucos tomando um caráter revanchista. O alvo passou a ser o ex presidente Lula e o PT, traduzidos sob a rubrica da corrupção.

Ainda que declarados livre de vinculação partidária, o fato é que os protestos de junho encorajaram (ou foram encorajados) por grupos políticos há muito insatisfeitos com as vitórias do PT, as políticas sociais de superação da desigualdade e os eleitores petistas. As pautas de cunho social (transporte, moradia, segurança) que deram início às primeiras

manifestações de rua foram, rapidamente, dirimidas em meio a interesses diversos, entre os quais o anseio pelo *impeachment* da presidenta.

Mas o golpe final que levaria a promiscuidade dos discursos veio com a não aceitação do resultado das eleições para o segundo mandato de Dilma. Neste momento, ano de 2014, os chamados “camisas amarelas”, foram massivamente às ruas fazer apologia aos serviços da “Lava Jato”, conduzida pelo Juiz Sérgio Moro e legitimada pelos meios de comunicação de massa, em especial a TV Globo, a qual, diariamente, apresentava notícias inéditas de gravações de pessoas que sequer eram indiciadas, mas que foram cedidas pela parcialidade de um Juiz sedento de “justiça contra a corrupção”. De acordo com SOLANO (2017):

Em 2014, no contexto da eleição presidencial, as ruas e as redes se polarizaram. O antipetismo era o fator de coesão dos verde-amarelos que, em 2015, pediram o impeachment de Dilma Rousseff se apropriando das mesmas ruas. A narrativa de impeachment foi combatida com a narrativa do golpe, e a avenida Paulista, onde couberam todos em 2013, se transformou em espaço de polarização em 2015. No coração desta dinâmica de enfrentamento social, o PT e seus significados. Dilma é destituída, a Lava Jato avança e, na mesma Paulista onde o populismo antipetista era gritado, o slogan agora é a antipolítica, “faxina geral”. Do outro lado, #ForaTemer. O que temos em comum em 2017? Ninguém apoia Temer nem suas reformas, mas não conseguimos nos unir contra elas. Derivamos num país dividido e com um perigoso sentimento de negação política. (Solano, 2017)

Tendo em vista que o impeachment não era uma atitude popular, posto tratar-se nitidamente de um anseio da elite brasileira, a estratégia utilizada pelos “camisas amarelas” foi bastante articulada: de um lado, procurou difamar incansavelmente o ex presidente Lula, criando bonecos, fazendo frases de ordem preconceituosas e disseminando um discurso de ódio sobre o mesmo, seu partido e a presidente Dilma; por outro, a ratificação da Lava Jato e do Juiz Moro como o protótipo da moralidade política, ainda que os caminhos usados fossem questionáveis na base legal dos atos e dos procedimentos. Aliado a isso, os interesses ocultos da mídia, revestidos de crítica à corrupção, ajudou a coroar um do feitos políticos mais imorais do Brasil: o impedimento de uma presidenta, eleita pelo voto popular, de exercer seu mandato de presidenta sem qualquer ato de corrupção, improbidade ou algo que desse justificativa ao ato.

No dia 17 de abril de 2017 o Brasil vivenciou o que YAROCHEWSKY (2016) chamou de violação da democracia. Com discursos sexistas, retrógrados, conservadores, homofóbicos, que falavam em nome de suas próprias famílias ou em homenagem a

torturadores, a votação do impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados ratificou o quão político partidarista era aquele teatro. Estava claro ali o desrespeito contra todos os eleitores da presidenta, a disposição incansável para afirmar que o povo não sabia o que fez quando a elegeu. Estava claro que não somente o mandato da presidenta tinha sido posto em xeque, mas a própria democracia.

Ao sair do Governo, Lula tinha 80% de aprovação dos cidadãos brasileiros. Este fato foi tão emblemático, tendo em vista que ao final de governos os representantes nunca apresentam tanta popularidade, que Pierre Anderson escreve um artigo para compreender quais os motivos para isto. Afinal, “por qualquer critério, Luiz Inácio da Silva é o político mais bem-sucedido de seu tempo” ANDERSON, 2011:23).

“Temer governa sem povo e contra o povo”

Em artigo publicado pelo jornal francês “Libertation”, os estudiosos Dany-Robert Dufour, Frédéric Vandenberghe e Carlos Gutierrez tomam a ascensão do Governo Temer como um novo tipo de golpe de Estado. Este teria sido dado não pelos militares, mas pela mídia, o poder judiciário e pelo Congresso, os quais, juntos, desprezaram os 62 milhões de votos e os reais casos de corrupção, quase todos ocultados pelo impeachment.

Vendo o impeachment de Dilma como um fato lamentável que impediu o Brasil de alcançar os “Trente Glorieuses”, ou seja, um forte período de crescimento econômico, os autores consideram que hoje, a democracia no Brasil é uma “exceção histórica”. Retirada do poder sem nenhuma acusação de corrupção e substituída por um presidente acusado de corrupção passiva (agosto de 2017) e obstrução à justiça e formação de quadrilha (outubro de 2017), o Governo Temer segue não só impune quanto impopular.

Apesar disso, o Governo não sofre de problema de governabilidade. Famoso pelos seus jantares caríssimos e em véspera de votação, Michel Temer vem aprovando uma série de medidas neoliberais. Com o argumento de melhorar a economia e proporcionar segurança jurídica aos empreendimentos, Michel Temer apostou na flexibilização dos direitos trabalhistas e na retirada de tantos outros. Dentre as medidas mais polêmicas de seu governo, podemos destacar: o relaxamento da definição de trabalho escravo e redução

dos meios de controle; teto para gastos públicos congelado para os próximos 20 anos; desvinculação das Receitas da União (DRU), na qual o governo poderá remanejar até 30% do que é arrecadado; redução dos ministérios de 32 para 23; aprovação do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), facilitando a privatização; flexibilização para exploração do petróleo via empresas privadas/estrangeiras.

O objetivo do conjunto das reformas impressas por Michel Temer é claro: diminuir radicalmente o papel do Estado na promoção dos serviços públicos. A PEC 55, que prevê a limitação dos gastos públicos por 20 anos é, senão, a maneira mais clara de escamotear os serviços públicos, estimular os serviços privados e imobilizar a população, já que, embora os salários fiquem congelados, a inflação cresce dia após dia.

Em análise sobre os impactos do novo regime fiscal para a saúde e para a educação, ROSSI e DWECK (2016), afirmam que:

O princípio básico da proposta é que o gasto público federal tenha crescimento real nulo, o que implicará uma redução do gasto público em proporção do PIB. Esse princípio pode ser identificado como um esforço de austeridade continuado que busca reduzir sistematicamente a participação do Estado na economia e, conseqüentemente, no crescimento econômico. Isto é, a demanda pública estará sistematicamente contribuindo para reduzir o crescimento econômico, o que exigirá um esforço muito maior dos componentes privados da demanda (consumo, investimento e demanda externa).

Com o congelamento dos gastos públicos a previsão é que os investimentos com educação e saúde passem de 4% do PIB 2015 para 2,7% em 2036. Isso porque, além das questões inflacionárias, a previsão é de crescimento de 10% da população. Os demais gastos federais, excluindo o da previdência e juros, sairão de 7% do PIB em 2015 para 0,6% em 2036.

Diante desses dados, ROSSI e DWECK (2016) consideram que a reforma fiscal proposta funciona como um projeto drástico de redução do tamanho e do papel do Estado. Ao que tudo indica, o objetivo é mais gerar um déficit no financiamento do serviço público, de forma que o mesmo seja precarizado, perdendo a sua legitimidade e o poder de interferência na vida das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo Temer é, claramente, o exemplo mais empírico que os descrentes na ideia de democracia representativa podem nos apresentar. Afinal, com o sucesso da sua governabilidade, apensar da sempre negação do eleitorado brasileiro, fica claro que a ideia de representação da vontade do povo é, senão, um conto mágico que não se aplica a realidade brasileira.

Aliás, este episódio deve servir de alerta inclusive para repensarmos o grau de culpabilidade do povo a respeito das mazelas enfrentadas pelo País. A máxima de que o Brasil não funciona porque o povo não sabe votar, ou que o voto é a grande arma que a população tem para garantir o seu futuro é tão irreal quanto as inúmeras teorias sociais que procuraram compreender os dilemas políticos e econômicos como um problema de degeneração das raças (SCHWARCZ, 1993) ou da cultura (HOLANDA, 1995).

Fazendo jus a crítica de Jessé SOUZA (2017), a criação de um brasileiro genérico, germinado por intelectuais e estimulado por grupos de interesse, alicerçou em nossas mentes a ideia de que o problema do Brasil é o “jeitinho brasileiro” de ser. Tradicionais, afetivos, particularistas, com tendência irresistível à desonestidade, este brasileiro teria legado ao Brasil a consequência do atraso.

Neste sentido, tendo em vista que o Estado nada mais é do que “o alongamento institucionalizado do homem cordial e vira-lata” (SOUZA, 2017:31), nada mais óbvio que as elites que o gestam serem também corruptas e desonestas.

Diante dos aspectos culturais do povo brasileiro e da marcante característica patrimonialista da política, existe um terceiro agente: o econômico-classista.

Não obstante a clássica premissa de que os políticos, quando assumem o poder, representam, senão, a sua própria vontade, lidamos ainda com o fato de termos um

presidente eleito de forma indireta e declaradamente não aceito pela população. Ou seja, este é um caso típico no qual a figura “povo” não pode ser acusado da escolha errada visto que a rejeição é clara e a permanência do governo foge a qualquer pressuposto político brasileiro

Embora passados séculos de debates, o dilema entre vontades coletivas e interesses individuais persiste para àqueles que querem debater o regime democrático. Afinal, não obstante as inúmeras tentativas de “aprofundamento” de tal sistema, com suas

propostas de participação, descentralização, pluralização, o fato é que o cerne do debate continua sendo tornar a democracia inteligível. Dentro do leque de propostas que visam a efetivação de tal regime, o Brasil indicou, nos últimos anos, alguns caminhos possíveis. Assim podemos destacar o fortalecimento dos discursos acerca dos ideais de participação popular e implementação de governos compartilhados por lideranças de movimentos sociais.

O ano de 2003 pode ser referenciado como um marco destas mudanças, o qual inaugurou, com a emergência do Governo Lula, uma série de discursos e ações que primavam pelo chamado estreitamento das relações entre Estado e sociedade civil. Em nível de estrutura burocrática, vimos crescer o número de pastas políticas voltadas o trato de minorias sociais, a exemplo de órgãos como Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a Secretaria de Política para a Mulher, a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Combate à Fome, dentre outras. Os anos que deram sequência aos Governos Dilma (2011-2016) não só mantiveram o número de secretarias como elevou de 39 para 40 (depois reduzidas para 32). E apesar de todas as críticas, dentre outras as que enfatizavam o aumento de gastos públicos, tais governos mantiveram não só as estruturas quanto os discursos em prol de um governo democrático e popular. O ano de 2016, porém, funcionou como um marco de ruptura. Com o impeachment da Presidente Dilma e a emergência do Governo Temer, dez ministérios foram cortados, de forma que, junto com estes, a ênfase no discurso de participação institucional dos diversos segmentos sociais também.

Diante disso, tomando como referência este cenário de mudanças abruptas, o presente artigo propõe-se a refletir sobre as dificuldades de se implantar uma proposta de regime democrático frente às constantes mudanças político-partidárias. O estudo é, assim, um convite a refletir a democracia levando em consideração os trâmites burocráticos de articulação política e as manobras institucionais feitas por governos para adaptarem-se aos acordos partidário

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ALMEIDA, Rodrigo de. **À Sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo, Loya, 2016.

HONANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.

ROSSI, Pedro e Esther, DWECK. **Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação**. Cad. Saúde Pública 2016. Disponível em: www.ensp.fiocruz.br/csp

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo, Três Estrelas, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sérgio Buarque de Holanda e essa tal cordialidade**. Revista Psicanálise e Cultura, São Paulo, 2008, 31 (46), 83-89.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

VILLAVARDE, João. **Perigosas Pedaladas: os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff**. São Paulo, Geração Editorial, 2016.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **Tchau, querida democracia**. Belo Horizonte, Casa do Direito: Letramento, 2016.

Sites pesquisados

<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/doutorando-fhc-esquece-o-principio-de-cada-pessoa-um-voto.html>

<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-pobres-e-ignorantes-nao-sabem-votar-4691.html/@@amp>

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>